



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

**EMANUELLY LUCENA BATISTA**

**VOZES SILENCIADAS: A RESISTÊNCIA DO JORNAL MOVIMENTO  
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

**CAMPINA GRANDE  
2025**

**EMANUELLY LUCENA BATISTA**

**VOZES SILENCIADAS: A RESISTÊNCIA DO JORNAL MOVIMENTO  
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de artigo científico, apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Jornalismo.

**Orientador:** Profa. Dra. Ada Kesea Guedes Bezerra

**CAMPINA GRANDE  
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B333v Batista, Emanuely Lucena.

Vozes silenciadas: a resistência do Jornal Movimento durante a Ditadura Civil- militar Brasileira [manuscrito] / Emanuely Lucena Batista. - 2025.

28 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Ada Kesea Guedes Bezerra, Departamento de Comunicação Social - CCSA".

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Imprensa alternativa. 3. Jornal movimento. I. Título

21. ed. CDD 070.4

EMANUELLY LUCENA BATISTA

VOZES SILENCIADAS: A RESISTÊNCIA DO JORNAL MOVIMENTO DURANTE A  
DITADURA CIVIL- MILITAR BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso  
de Jornalismo da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Bacharela em Jornalismo

Aprovada em: 09/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Leandro Braúlio Nascimento Nóbrega** (\*\*\*.727.604-\*\*), em **18/06/2025 11:01:16** com chave **b38b80b04c4c11f08ccb06adb0a3afce**.
- **Ada Kesea Guedes Bezerra** (\*\*\*.398.594-\*\*), em **18/06/2025 11:05:25** com chave **480868844c4d11f0964b06adb0a3afce**.
- **Kleyton Jorge Canuto** (\*\*\*.938.564-\*\*), em **18/06/2025 11:06:04** com chave **5f35166a4c4d11f0bf191a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Folha de Aprovação do Projeto Final

**Data da Emissão:** 18/06/2025

**Código de Autenticação:** 34dba8



À minha Teresa, avó amada, que só teve tempo de me ver começando a soletrar a vida. E à minha mãe, Verônica, que mesmo nos dias mais cinzentos, nunca deixou de ser o sol que me guiou com amor e coragem, DEDICO.

Minha dor é perceber  
Que apesar de termos feito tudo o que fizemos  
Ainda somos os mesmos e vivemos  
Ainda somos os mesmos e vivemos  
Como os nossos pais.

(Como os nossos pais – Elis Regina)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>JORNAL DOS JORNALISTAS .....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>PROJETO EDITORIAL E ASPECTOS GRÁFICOS .....</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>ANALISE DO MATERIAL EMPIRICO .....</b>	<b>15</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>17</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## VOZES SILENCIADAS: A RESISTÊNCIA DO JORNAL MOVIMENTO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Emanuelly Lucena Batista <sup>1</sup>

### RESUMO

Durante 21 anos (1964-1985) o jornalismo brasileiro passou uma de suas fases mais difíceis durante a Ditadura Civil-Militar. Expostos a censura, perseguição e repressão, os veículos de comunicação foram obrigados a fazer escolhas difíceis. Muitos aderiram a linha editorial imposta pelo regime e se alinharam às diretrizes, publicando, apenas, conteúdos autorizados e contribuindo, direta ou indiretamente, para a sustentação da narrativa oficial. Outros resistiram, ainda que de forma camuflada ou disfarçada, assim fundamentando o caminho para o surgimento da chamada imprensa alternativa. Esse segmento da mídia desempenhou um papel fundamental na luta contra o autoritarismo. Estima-se que mais de 150 periódicos alternativos tenham surgido ao longo do regime militar, abordando temas silenciados pela imprensa tradicional, como denúncias de tortura, violações de direitos humanos, críticas à política econômica, questões trabalhistas e sociais. A imprensa alternativa tornou-se um espaço importante para o debate público e para a manutenção da consciência crítica da sociedade. Entre os veículos mais expressivos desse período, destaca-se o jornal *Movimento*, fundado em 1975 e que rapidamente se tornou um dos principais instrumentos contra o regime. Buscava dialogar com diferentes segmentos da população, de forma clara e acessível, promovendo informação crítica. O *Movimento* tornou-se símbolo da resistência jornalística, enfrentando constantemente a censura e ameaças. Enfrentando várias dificuldades, o jornal manteve-se firme até seu fechamento em 1981. Este artigo tem por objetivo revisitar a trajetória do jornal *Movimento*, compreender seu projeto editorial e analisar seu conteúdo, para identificar seu papel na sociedade brasileira da época. Busca-se destacar a importância da imprensa alternativa como instrumento de contestação e como guardião da memória democrática em tempos de repressão. Para isso, foi realizado um estudo de caso com base na análise de seis capas do acervo disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

**Palavras-chaves:** Ditadura Civil-Militar; Imprensa Alternativa; Jornal Movimento.

### ABSTRACT

For 21 years (1964–1985), Brazilian journalism went through one of its most difficult periods during the Civil-Military Dictatorship. Exposed to censorship, persecution, and repression, media outlets were forced to make difficult choices. Many adopted the editorial line imposed by the regime and aligned themselves with its directives, publishing only authorized content and contributing, directly or indirectly, to the maintenance of the official narrative. Others resisted, even if in a concealed or disguised manner, thus paving the way for the emergence of what came to be known

---

<sup>1</sup> Graduanda em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0660389442500689>

as the alternative press. This segment of the media played a fundamental role in the fight against authoritarianism. It is estimated that more than 150 alternative periodicals emerged during the military regime, addressing topics prohibited by the traditional press, such as reports of torture, human rights violations, criticism of economic policy, labor and social issues. The alternative press became an important space for public debate and for maintaining society's critical awareness. Among the most prominent publications of that period was the newspaper *Movimento*, founded in 1975. Created by a group of journalists committed to democratic ideals, it quickly became one of the main tools against the regime. It aimed to engage with different segments of the population in a clear and accessible way, promoting critical information. *Movimento* became a symbol of journalistic resistance, constantly facing censorship and threats. Despite numerous challenges, the newspaper remained steadfast until its closure in 1981. Its legacy, however, endures in the history of the struggle for press freedom and democracy in Brazil. In this article, we analyze the trajectory of *Movimento*, its editorial project, and its role in Brazilian society at the time, highlighting the crucial role of the alternative press as both a tool of resistance and a guardian of democratic memory during times of repression. This article aims to revisit the trajectory of *Movimento*, understand its editorial project, and analyze its content in order to identify its role in Brazilian society at the time. It seeks to highlight the importance of the alternative press as a tool of resistance and as a guardian of democratic memory during times of repression. To this end, a case study was conducted based on the analysis of six front pages from the collection available at the Public Archives of the State of São Paulo.

**Keywords:** Alternative press; civil-military dictatorship; *Movimento*.

## 1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar no Brasil iniciou em 31 de março de 1964, com o golpe que depôs o então presidente João Goulart, e perdurou até 1985. Durante vinte e um anos, o país viveu um período marcado por autoritarismo, repressão e severos ataques às liberdades civis. O povo brasileiro enfrentou censura, tortura e o corte de direitos fundamentais. As razões que levaram ao golpe foram de ordem política e econômica, com destaque na polarização ideológica entre progressistas e conservadores.<sup>2</sup> De um lado, os progressistas defendiam reformas sociais para promover maior igualdade, enquanto, do outro, os conservadores temiam o avanço do socialismo no país.

Com a instauração da ditadura, a atuação do governo se tornou ainda mais autoritária. O uso da repressão, censura e tortura passou a ser comum, como forma de silenciar a oposição e restringir a liberdade de expressão. Quatro anos após o golpe, em 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), um dos marcos mais brutais do regime. Estabelecido em 13 de dezembro daquele ano pelo presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969), o AI-5 deu início ao período conhecido como “anos de chumbo”, quando a repressão se intensificou, e a censura atingiu níveis alarmantes.

---

<sup>2</sup> Entre 1966 e 1979, o Brasil viveu o bipartidarismo. Eram dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional, mais conhecida como Arena, de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Nos últimos anos da ditadura o governo promoveu uma reforma partidária, na tentativa de dividir as oposições, ao mesmo tempo em que tentava manter unido o partido situacionista, herdeiro da Arena, o Partido Democrático Social (PDS).

Foi nesse cenário de crescente autoritarismo que surgiram os veículos de imprensa alternativa. Esses jornais e revistas se tornaram uma forma de resistência ao regime, oferecendo um espaço para a expressão popular refletindo as insatisfações da população. A censura imposta pelo regime restringiu a ação dos meios de comunicação tradicionais, e a imprensa alternativa surgiu como uma resposta, buscando dar voz àqueles que eram silenciados pelos governantes.

Um exemplo emblemático dessa resistência foi o jornal *Movimento* (1975-1981), que se destacou como símbolo de oposição à censura. Surgido durante a abertura política no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), o *Movimento* foi o primeiro jornal a apresentar claramente seu programa editorial, defendendo as liberdades democráticas, a independência nacional e melhores condições de vida para os trabalhadores. Além disso, foi o primeiro jornal mantido principalmente por jornalistas, que, em sua proposta inicial, tinham plena liberdade editorial, sem a interferência de interesses empresariais. (AZEVEDO, 2011, p. 17)

No entanto, essa liberdade editorial foi constantemente desafiada pelas condições políticas do regime. Com a intensificação da repressão no início da década de 1970, os jornais alternativos se tornaram formas de resistência ao regime militar, aumentando sua relevância à medida que outras formas de contestação eram silenciadas.

Discutir a imprensa no contexto ditatorial é um exercício de reflexão para entendermos o papel da liberdade de expressão e da mídia em tempos de repreensão. Embora a ditadura militar tenha acabado em 1985, os ecos desse período se fazem sentir ainda hoje. A imprensa alternativa, que despontou como resistência durante o regime, forneceu informações essenciais para o povo, criando, assim, um campo forte de registro histórico. A memória jornalística durante o período do regime ditatorial deve ser compreendida como um espelho de resistência. Em tempos em que a liberdade da imprensa ainda é ameaçada, é essencial refletir sobre a imprensa alternativa como uma forma de reforçar a democracia e garantir que nunca mais se repitam episódios de censura.

O presente artigo tem como objetivo, portanto, analisar a relação entre a imprensa e o regime ditatorial brasileiro. Que, mesmo já explorado por outras pesquisas, é fundamental para entender a forma como o jornalismo deve se comportar em momentos de opressão.

Assim sendo, este trabalho adota uma abordagem qualitativa, bibliográfica e exploratória<sup>3</sup> focada na análise de conteúdos jornalísticos produzidos durante o regime militar e partilhados pelo jornal *O Movimento*. A pesquisa busca entender os discursos presentes na atividade da imprensa alternativa, a partir da seleção de materiais publicados neste periódico da época.

Para a construção da pesquisa, se fez importante revisar a trajetória do jornal *Movimento*, analisada por meio da obra *Jornal Movimento, uma reportagem*, escrita por Carlos Azevedo, publicada em 2011 pela Editora Manifesto. Além da análise dos periódicos do jornal que foram consultados no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> O método qualitativo é utilizado para pesquisas que requerem descrições e análises não numéricas de um determinado fenômeno. É uma metodologia indutiva, utilizada principalmente nas Ciências Humanas. A pesquisa qualitativa permite compreender fatores mais subjetivos, como opiniões, valores, atitudes, significados, percepções, entre outros.

<sup>4</sup> Disponível em

Para entender a atuação da imprensa alternativa e sobre a liberdade de expressão, foram utilizadas as contribuições de Patrícia Marcondes de Barros em seu artigo *A Imprensa alternativa brasileira nos anos de chumbo* (2003). O artigo publicado por Inara Bezerra Ferreira Sousa, intitulado *A imprensa alternativa no Brasil: a experiência do jornal Movimento* (2012).

Já no que se diz respeito ao contexto da ditadura militar brasileira foram utilizadas as análises de Rute Fregonezi e Ângelo Priori através do artigo *A ditadura militar no Brasil: golpe, repressão e tortura* (2017).

Como material empírico, os exemplares do jornal Movimento publicados em 1977, 1978 e 1979 nos serviram de artefato para observação e análise. Os exemplares analisados constam do Arquivo Público do Estado de São Paulo disponível na internet com onze amostras disponíveis para download.

## 2. MOVIMENTO, O JORNAL DOS JORNALISTAS

A ditadura militar no Brasil, instaurada em 1964, que perdurou até 1985, representou um período sombrio marcado pela limitação de direitos, repressão política e de expressão e da tortura. O golpe, embora estimulado por militares sob o pretexto de combater um suposto avanço comunista, estabeleceu um regime dominador.

Aos jornais e periódicos da época, restaram dois caminhos: sucumbir aos ditames e publicar somente o que o governo preconizava, ou manter-se fiel aos fatos sem se render à repressão contra a imprensa, o que não era fácil considerando as ações violentas junto à imprensa, o que em tempos mais aferventes incluíam fechamento e mesmo depredação de redações, e perseguição, ameaças, prisões e tortura de jornalistas e articulistas.

Durante este período, uma forma de comunicação ganhou destaque por fugir da narrativa oficial imposta pelo regime. Essa forma ficou conhecida como imprensa alternativa.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa. É na dupla oposição ao regime representado pelos militares e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (Barros, 2003, p.63).

Essa imprensa, definida também como *underground*, *marginal* ou *não-alinhada*, agrupava diferentes formas de produções literárias e jornalísticas. Durante o período de 1964 a 1980, cerca de 150 periódicos alternativos foram criados e marcados por uma postura crítica frente ao autoritarismo militar. A existência rápida, e muitas vezes limitada, de muitos deles não diminuiu seu impacto histórico e simbólico na luta pela liberdade de expressão.

Em um contexto de forte censura e repressão, esses periódicos se tornaram instrumentos fundamentais de resistência, utilizando a comunicação como meio de denúncia e crítica aos abusos cometidos pelo governo militar. Kucinski (1991) afirma que:

Nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como pólo virtual de agregação e traçar assim, uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores e desagregadores da sociedade civil, em especial, dos intelectuais, jornalistas e ativistas políticos. Conforme um raciocínio original de Elizabeth Fox, a imprensa alternativa pode até mesmo ser definida como uma forma de enfrentar a solidão, a atomização e o isolamento em ambiente autoritário.

Entre os jornais alternativos que se destacaram por sua atuação política, estão: *O Pasquim*, *Movimento*, *Opinião*, *Coojornal*, *Versus* e *Em Tempo*. O *Pasquim* se diferenciava da maioria desses veículos, pois alcançava uma tiragem de até 100 mil exemplares e era sendo distribuído em diversas regiões do país.

Outro periódico que recebeu grande destaque por sua forma aberta e sua declaração opositora foi o *Movimento*. Sob a liderança de Raimundo Pereira, os jornalistas que faziam parte da redação do jornal buscaram criar um veículo de comunicação que pudesse ser objetivo e de linguagem acessível para que diferentes públicos pudessem ter acesso.

O jornal *Movimento* estreou nas bancas no dia 7 de julho de 1975, uma segunda-feira. Sua primeira edição não parecia tão convidativa. A capa, toda em fundo preto, passou a impressão de que o jornal sequer fora devidamente paginado. Apesar da aparência estranha e da impressão de que o jornal estava incompleto, o *Movimento* conquistou 21 mil leitores em sua primeira edição. Conforme Azevedo (2011, p.05) esse número não foi apenas uma demonstração de curiosidade, mas de um apoio firme e decidido à publicação

No início de 1975, o governo retirou os censores do Estadão. E suspendeu os comunicados de censura da PF para os outros grandes jornais. Mas manteve a repressão policial e a censura a periódicos mais combativos selecionados. Ou seja: a ditadura recuava; mas com o claro propósito de se fortalecer no campo conservador e isolar as forças mais progressistas.

O periódico foi reconhecido como um símbolo da resistência e da luta pela liberdade de opinião. Comprar aquele jornal não era apenas adquirir um veículo de informação, mas uma forma de se posicionar politicamente. O *Movimento* lançou 334 edições em uma periodicidade semanal de publicações. Todas as semanas, um exemplar de 20 a 30 páginas era publicado com textos densos.

Esse movimento aconteceu com o apoio financeiro da Edições S.A, uma sociedade formada com o foco em levantar recursos através da venda de ações. Entre os compradores estavam os jornalistas, empresários, estudantes e militantes. A partir disso, o jornal teve a sua independência, passando a ser conhecido como um veículo sem patrão — ou "o jornal dos jornalistas"

Certamente, os acionistas de Movimento não tinham esperanças de obter dividendos e lucros de suas ações. Eles estavam conscientes de que colaboravam para um projeto político que por meio do exercício do jornalismo fosse um instrumento de apoio à democratização que a

sociedade já fermentava. Assim, Movimento nascia com uma ampla base social. Era o "jornal dos jornalistas", mas era mais que isso, era um projeto de oposição à ditadura. (Azevedo, 2011, p.31).

As editorias escolhidas para compor o periódico contavam com grande contribuição de intelectuais da época, como Chico Buarque de Hollanda, José Miguel Wisnik, Maria Rita Kehl, Chico de Oliveira, Alencar Furtado, Raimundo Pereira, Bernardo Kucinski, entre outros nomes relevantes.

O *Movimento* foi criado a partir de uma iniciativa jornalística de caráter democrático-popular, embora sua direção intelectual estivesse nas mãos de representantes da classe média. Em um cenário marcado pela crise política da Ditadura Militar, o periódico buscou alianças tanto com as camadas populares quanto com parlamentares.

Azevedo (2011) destaca ainda que a trajetória do jornal é reconhecida como uma das mais importantes experiências jornalísticas do período ditatorial. Sua atuação expressiva é destacada em comparação a outros veículos de informação alternativos. O *Movimento* possuía uma grande estrutura de filiais espalhadas em diversas regiões do território brasileiro e contava com a contribuição de uma ampla quantidade de colaboradores nacionais e internacionais.

Para compor a liderança do periódico, o jornalista Raimundo Pereira foi escolhido de forma unânime para ocupar o cargo de editor. No entanto, esse papel de líder do jornal dos jornalistas passou por uma série de divergências no que se diz respeito ao limite de intervenção das propostas que seriam publicadas.

[...] Como se vê, havia uma unanimidade extraordinária dentro da equipe. Ela permitia confiar a uma pessoa que por um tempo determinado, já que o editor é eleito – uma soma incrível de poderes. Porém, num ponto havia discordância clara: um grupo queria que o editor não pudesse ler as matérias das várias editorias antes de elas serem publicadas, cada editor deveria poder editar livremente a sua seção à posteriori diante do editor. Outro grupo achava que o jornal deveria ser mais centralizado: o editor deveria poder ler e vetar, se julgasse necessário, as matérias dos vários editores da seção antes de elas serem publicadas.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n. 0, 7 jul. 1975, p. 6.).

Em julho de 1975, a redação do jornal já contava com 70 pessoas e já havia ao menos 200 acionistas na Edição S/A ligadas ao periódico. Desde o início, o semanário destacou-se por defender as liberdades democráticas e lutar por interesses populares, o que o colocou em conflito direto com o regime militar.

Em 1980, o *Movimento* enfrentou um novo obstáculo: bancas de jornais estavam sendo atacadas em capitais brasileiras como São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Goiânia e Salvador, causando pânico entre os jornaleiros.

Os terroristas os acusavam de "propaganda do comunismo" por venderem jornais da imprensa alternativa, incluindo o *Movimento* em uma lista negra de doze jornais. Esses ataques, que resultaram em prejuízos financeiros e ameaças, fizeram com que muitos jornaleiros deixassem de vender o *Movimento*, prejudicando ainda mais sua circulação (Azevedo, 2011).

O *Movimento* encerrou suas atividades em novembro de 1981, juntamente com outros periódicos da imprensa alternativa. O fim da censura, as dificuldades de gestão e as transformações no cenário político são apontados como fatores que contribuíram para o fim dessa experiência jornalística. A última edição foi produzida com um total de 24 páginas que trazia um artigo não assinado com o título “Movimento morreu, Viva Movimento!” (Azevedo, 2011).

### **3. PROJETO EDITORIAL E ASPECTOS GRAFICOS, ALINHADOS À RESISTÊNCIA**

Desde o seu lançamento, o jornal *Movimento* destacou-se pelo seu perfil combativo e engajado. Maria Aparecida de Aquino, em 1990, através da sua dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, destaca que logo na primeira edição, publicada em 7 de julho de 1975, esse caráter já se evidenciava.

A capa, visualmente pouco atraente, trazia uma imagem carregada de simbolismo: um homem solitário entre trilhos de trem, cercado por objetos destruídos. A composição visual, ainda que simples, apontava para um cenário de denúncia social e prenunciava o tom do conteúdo editorial.

Apesar das interferências da censura, o jornal mantinha uma mensagem clara: o compromisso com a liberdade de expressão e a resistência à repressão imposta pela ditadura militar. Adquirir o *Movimento* não era apenas um ato de leitura, mas também uma forma de posicionamento político e apoio à luta democrática.

Com cerca de vinte páginas por edição, o jornal reunia uma frente ampla de correntes democráticas e socialistas, dando voz a diferentes setores da esquerda brasileira. Sua estrutura editorial incluía diversas seções e colunas fixas, como ensaios populares, cena brasileira, notas econômicas, cultura, arte e política, cartas abertas, histórias brasileiras, notas internacionais, entre as quais se destacavam “Cena Brasileira”, “Gente Brasileira” e, especialmente, “Ensaio Populares” — esta última, com o tempo, consolidou-se como o espaço de expressão editorial do periódico.

A seção *Ensaio Populares* foi criada para promover a educação popular, utilizando uma linguagem acessível e próxima da realidade da população. Conforme afirmado por Maria Aparecida de Aquino, ao longo do tempo, essa seção passou a exercer a função de editorial do jornal *Movimento*, tornando-se um espaço de posicionamento político mais direto.

O jornal destacou-se como uma importante voz da imprensa alternativa brasileira durante o regime militar, atuando de forma corajosa contra a repressão e censura. Embora abordasse temas sociais relevantes, a linha editorial entregava uma atenção especial às questões políticas, principalmente ao autoritarismo do governo brasileiro e à luta pela redemocratização do país. Essa postura crítica fez com que muitas de suas matérias fossem vetadas.

De acordo com Aquino (1990), o jornal abordava a falta de democracia no Brasil, criticava fortemente o autoritarismo do governo e defendia o retorno ao Estado de Direito. Além disso, artigos que comentavam o processo de distensão política conduzido pelo presidente Geisel, que questionavam o comportamento de oficiais militares ou criticavam os governos que se sucederam ao golpe de 1964, também eram sistematicamente proibidos.

As matérias censuradas abordavam condições dos presos políticos, a busca de seus familiares, até os impactos emocionais e sociais dessas prisões. Casos emblemáticos foram silenciados, como o do estudante Edval Nunes da Silva (Cajá), sequestrado e preso sob a acusação de reestruturar o Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Outras matérias tratavam do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, envolvendo o legista Harry Shibata; do desaparecimento de Antônio dos Três Reis; e do pedido de esclarecimento feito por Zuzu Angel sobre o paradeiro de seu filho, Stuart Angel Jones. Essas matérias denunciavam não apenas os crimes, mas também a tentativa sistemática de apagamento das vítimas e de seus familiares pela estrutura repressiva do regime.

O jornal mencionava desde a luta armada até o ativismo político, com destaque para o PCB e seus militantes. Duas matérias traziam trechos de entrevistas com Luís Carlos Prestes, então secretário-geral do partido, nas quais ele refletia sobre o passado comunista e a aproximação com o MDB nas eleições de 1976. Outro episódio vetado foi um abaixo-assinado de intelectuais — como Fernando Morais, Antônio Callado e Chico Buarque de Holanda — contra as prisões arbitrárias.

O *Movimento* também tentou lançar luz sobre crimes comuns que poderiam atingir os interesses de grupos ligados ao poder militar. Como havia deixado claro na edição número zero, o periódico apresentava-se como um espaço amplo para combater o autoritarismo e desinformação imposta pelo regime militar.

Durante os vinte e um anos de ditadura civil-militar, a imprensa tradicional noticiava apenas o que era permitido pelo governo, no entanto, os jornais alternativos faziam questão de comunicar aquilo que era importante que o povo soubesse que estava acontecendo no território nacional:

Leia, assine e divulgue Movimento; em defesa das liberdades democráticas, da independência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores. (*Jornal Movimento*, pág. 2, nº 112, 22 de agosto de 1977).

O jornal *Movimento*, por sua própria natureza e pelo contexto em que está inserido, demonstra um posicionamento político de oposição à ditadura militar. A simples existência de um jornal com essa linha editorial já era um ato de resistência, visto que a censura e a repressão eram mecanismos constantes do regime.

#### **4. IMAGENS E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA, UMA PROPOSTA DE ANÁLISE**

*Movimento* sempre se posicionou de forma opositora e tal resistência estava exposta nas capas do periódico. Neste cenário, o presente artigo propõe uma análise de 06 capas do Jornal, considerando o conteúdo visual e textual presente nas capas como títulos, subtítulos, chamadas e figuras (caricaturas e fotos) remetendo-se também a totalidade do conteúdo interno relacionado às chamadas principais.

Para o processo de análise, foram selecionadas edições específicas disponíveis no acervo, abrangendo os anos de 1977 a 1979. A seleção considerou a relevância das chamadas de capa e sua conexão com o conteúdo interno, escolhendo duas edições por ano, totalizando seis exemplares: número 112 de 22/08/1977, número 122

de 22/08/1977, número 132 de 09/01/1978, número 154 de 12/06/1978, número 202 de 14/05/1979 e número 217 de 27/08/1979.

A análise se deteve ao conteúdo das capas selecionadas, com atenção às chamadas que apresentam maior teor crítico. Tal constatação, que auxiliou na seleção do recorte, resultou de uma análise exploratória de todas as capas disponíveis no acervo. O objetivo é entender como as pautas foram construídas e comunicadas aos leitores, observando os recursos linguísticos e visuais utilizados e de que forma esses elementos se articulam com as reportagens completas nas edições escolhidas, e, sobretudo, destacando o caráter combativo dos textos presentes nas referidas publicações.



Fonte: Movimento, capa da edição 112



Fonte: Movimento, capa da edição 117

A edição nº 112 do *Movimento*, publicada em 22 de agosto de 1977, é um exemplo de como a imprensa alternativa foi resistente ao regime ditatorial, mesmo sob forte ameaça e repressão. Por meio de diferentes editoriais, o jornal construiu uma narrativa crítica e sofisticada que denunciava aspectos estruturais do autoritarismo — sem recorrer à oposição direta explícita, o que era muitas vezes inviável nas circunstâncias políticas da época.

Logo na capa, essa edição traz uma matéria da editoria de Cultura que aborda o consumo excessivo de televisão por crianças. Assinada por Mirna Pinsky, a reportagem destaca o I Simpósio Nacional sobre Televisão e Infância, promovido pela Editora de Comunicações PROAL:

Embora a violência na televisão tenha sido o tema mais discutido no encontro, o debate geral não chegou a conclusão simplória de que o excesso de violência veiculada pela TV, e suas consequências desastrosas no aumento da criminalidade seja o único grande mal da televisão moderna. (Jornal Movimento, p. 16, nº 112, 22 de agosto de 1977).

No entanto, Mirna não atribui à televisão a culpa exclusiva pela propagação da violência. Em vez disso, destaca que a TV pode ser encarada como um dos principais agentes responsáveis por uma sociedade ansiosa, traumatizada e violenta. O texto não culpa o conteúdo violento, mas destaca seu papel na formação de uma geração

apática, que ao invés de questionar, apenas consome e respeita a autoridade transmitida pela tela.

Essa crítica se aproxima da noção de controle ideológico, uma dimensão central do autoritarismo, mostrando como a ditadura se sustentava não apenas por meios repressivos diretos, mas também por uma engenharia de consentimento operada pela mídia oficial.

Em suma, muito mais que uma geração violenta, a televisão estaria cumprindo com seu papel de mantenedora do *status quo* e criando uma geração passiva, pouco criativa e principalmente, obediente. Uma geração que se colocaria numa postura de respeito perante a autoridade onisciente, no caso, o vídeo veiculador de verdades sabidamente comprometidas. (Jornal Movimento, p. 16, nº 112, 22 de agosto de 1977).

Na capa, encontramos a manchete "Afinal, o MDB quer ou não quer a Constituinte?" Demonstrando, assim, uma cobrança ao maior partido de oposição da época, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), para que se posicionasse de forma mais incisiva em defesa da Constituinte. O artigo assinado por Teodomiro Braga defendia uma redemocratização do país através da convocação de uma nova Assembleia Constituinte.

Ao fazer isso, o jornal não apenas estimula o debate sobre a redemocratização, como também pressiona os próprios setores da oposição moderada a abandonarem uma atuação tímida ou colaboracionista. Em tempos de regime fechado, discutir publicamente a convocação de uma Constituinte representava uma afronta ao modelo político autoritário vigente.

A manchete "Salários e Custo de Vida" e a coluna do editor "A revisão das contas nacionais" apontam para uma preocupação com as questões sociais e econômicas, criticando a política salarial do governo e a manipulação dos índices de inflação, que prejudicavam os trabalhadores e a população de baixa renda:

Um dos índices que mais chamou a atenção dos comentaristas foi o da inflação em 1973. O índice publicado anteriormente pela FGV apontava um aumento geral nos preços de 15,1% e um aumento no custo de vida de apenas 13,7. Agora, porém, para refazer seus cálculos, a FGV tomou como "deflator implícito" para o ano de 1973, um aumento nos preços de 20,5%. Os técnicos da FGV e mesmo o antigo ministro Delfim Netto têm se defendido alegando que o índice geral de preços e o deflator implícito são conceitos distintos. Isto é correto em parte. (Jornal Movimento, p. 02, nº 112, 22 de agosto de 1977).

A segunda capa analisada, da edição de número 117 traz na capa o destaque para o depoimento de Eduardo Matarazzo Suplicy, da Fundação Getúlio Vargas, intitulado "Os metalúrgicos têm razão". O professor Eduardo Matarazzo confirmou publicamente a manipulação nos cálculos da inflação de 1973, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974):

Eduardo Matarazzo Suplicy, professor da Fundação Getúlio Vargas, confirmou, na semana passada, as revelações de que houve manipulação nos cálculos da inflação de 1973. Em palestra na Comissão de Economia do Senado ele disse, em outras palavras, que os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo têm razão em reivindicar reposição dos seus salários. (Jornal Movimento, p. 09, nº 117, 26 de setembro de 1977).

Durante a palestra na Comissão de Economia do Senado, Suplicy afirmou que os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo estavam corretos em lutar pela reposição de seus salários, pois os índices oficiais de inflação divulgados à época foram propositalmente alterados. Índices de economia foram distorcidos: e os trabalhadores sofreram perdas salariais que não foram reparadas. Suplicy destaca que os salários deveriam ter acompanhado a produtividade, o que não ocorreu. De 1969 a 1976, por exemplo, a produtividade do trabalhador cresceu 57,5%, enquanto o salário real médio cresceu apenas 23,9%:

Um estudo especial, "A industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas", feito pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em janeiro de 1969, já havia indicado que os salários reais na indústria brasileira haviam crescido menos do que a produtividade durante quase todo o período 1955-66, salvo nos anos de 1956 e 1963. Entre 1964 e 1966 a produtividade quase não cresceu, enquanto salários reais decresceram 8,5%. (Jornal Movimento, p. 09, nº 117, 26 de setembro de 1977).

O pronunciamento do economista é visto como um ato de resistência política e intelectual ao regime militar brasileiro, uma vez que aborda a manipulação dos índices de inflação de 1973 durante o governo Médici. Suplicy rompe com o silêncio dos economistas da época e denuncia a estratégia do governo de manipular os dados oficiais e assim passar para a população uma falsa impressão de controle e crescimento econômico.

Sua fala atinge a principal propaganda econômica da ditadura: o "milagre brasileiro". Ao evidenciar que os dados publicados pela Fundação Getúlio Vargas estavam corrompidos em relação à realidade, Eduardo valida que o crescimento econômico não trouxe melhoria para a classe trabalhadora.

Por fim, sua proposta de que os trabalhadores e empresários conversem segundo os dados reais, traz à tona os princípios de democracia que embasaram a redemocratização brasileira. Suplicy desenha um futuro baseado em diretos trabalhistas e participação popular.

Para análise das capas de 1978, foram escolhidas as edições de número 132, de 09/01/1978, e a de número 154, publicada em 12/06/1978.



Fonte: Movimento, capa da edição 132



Fonte: Movimento, capa da edição 154

Na capa da edição 132, percebemos o questionamento da escolha de sucessão do presidente Geisel. O texto escrito por Jaime Satchuck analisa o contexto político do final do governo Geisel e a preparação para a sucessão presidencial com a candidatura do general João Figueiredo.

Não há dúvidas de que o general Ernesto Geisel, ao definir-se pelo general Figueiredo à margem de consultas amplas e das outras candidaturas, deu não só mais uma demonstração de seu estilo de governo e dos poderes que conseguiu concentrar para inclusive concentrar para garantir o prosseguimento do caminho que resolveu seguir. As repercussões e desdobramentos desse estilo e das decisões tomadas, contudo, permanecem em aberto. (Jornal Movimento, p. 03, nº 132, 09 de janeiro de 1978).

Diante do início de crescimento da oposição, das críticas do grande capital à política de desaquecimento econômico e das disputas internas, o regime buscou articulações para assegurar apoio ao prosseguimento do projeto governamental. A articulação da candidatura de Figueiredo contou com figuras-chave dos governos Geisel e Médici e prometeu aperfeiçoamento do regime.

Paralelamente, o senador Magalhães Pinto apesar do apoio empresarial, defendendo medidas mais liberais, não dispunha da simpatia do próprio sistema. Delata-se a resistência ao consenso até mesmo na base do regime, que cassou outras candidaturas, inclusive a de Euler Bentes, que defendia mudanças no modelo econômico. A escolha de Figueiredo sem ampla consulta reflete o estilo centralizador de Geisel, cujos efeitos ainda estavam por se revelar. Mas a matéria não poupa esclarecimentos ao público em seu conteúdo, e segue:

Não se pense que o AI5 é a melhor solução para o governo, pois não é. O arbítrio funciona como se fosse uma bomba relógio. O ônus do autoritarismo é desgastante. (Jornal Movimento, p. 04, nº 132, 09 de janeiro de 1978).

No texto é mencionada a fala do general Figueiredo sobre o AI-5, o fato de destacar essa crítica dentro de um veículo de comunicação já sinaliza uma oposição

a repressão apresentada pelo ato institucional. Essa ênfase ajuda a intensificar a explanação para o povo que o regime estava em crise e dividido.

Ainda na página 04, um ponto de destaque é a fala “Sobre a presidência da República: ‘Só vou obrigado. Não acho que seja o melhor’”. Essa narrativa ajuda a reforçar a ausência de democracia e o caráter autoritário da escolha presidencial.

Embora o texto utilize um tom jornalístico e inclua muitas falas de Figueiredo, sua estrutura, seleção de conteúdo e comentários embutidos revelam uma posição crítica à ditadura. Ele desmascara a ideia de unidade no governo, evidencia o autoritarismo da sucessão presidencial e, sobretudo, reivindica uma ordem democrática como alternativa ao regime vigente.

Na capa da edição de número 154, o destaque é dado para os três anos de resistência e os meandros que cercaram a atuação da censura prévia na época. Em junho de 1978, a censura prévia foi suspensa para alguns jornais como *Movimento*, *Tribuna da Imprensa* e *O São Paulo*. No entanto, o texto mostra que isso não significa o fim da censura no Brasil. A repressão à imprensa, iniciada com o golpe militar de 1964, já havia levado ao fechamento de diversos jornais e revistas, muitos dos quais não conseguiram sobreviver. Mesmo estando entre aqueles poupados temporariamente pela censura, o jornal não arrefece em sua crítica:

Com a suspensão da censura previa aos três jornais, a censura acabou? A pergunta surge imediatamente. No entanto o que acabou ou está em vias de desaparecer, pelo menos temporariamente é a censura prévia a algumas publicações. As publicações que conseguem sobreviver ao longo período de perseguição à imprensa desencadeada no país após o movimento militar que depôs o presidente constitucional a 31 de março de 1964. (Jornal Movimento, p. 13, nº 154, 12 de junho de 1978).

A suspensão da censura prévia foi restrita e seletiva. A censura atuava de outras formas, como o uso de leis, a falta de autonomia no Judiciário, e o controle rígido sobre os meios de massa, como rádio e TV. O texto denuncia que a censura permite apenas um nível limitado de debate para setores mais instruídos, mantendo as massas afastadas das discussões políticas e sociais.

Além disso, aponta-se muito claramente no texto que a violência contra jornalistas e veículos de comunicação por grupos extremistas era tolerada pelas autoridades. A recente apreensão do jornal *O Repórter*<sup>5</sup>, mesmo sem censura prévia, mostra que a repressão continuava de outras formas. O texto conclui que a verdadeira liberdade de imprensa só será possível com a restauração da democracia e destaca a resistência corajosa de jornais como *Movimento* frente à censura e à repressão ao longo dos anos.

A capa também destaca o texto escrito por Marcos Gomes sobre a vitória de Paulo Maluf na convenção da Arena paulista contra o candidato apoiado pelo regime militar, Laudo Natel, revelando uma crise política interna no sistema autoritário

---

<sup>5</sup> Jornal com sede no Rio de Janeiro, produzido a partir de 1977. Tratou com grande destaque casos de violência política, como o sequestro do bispo dom Adriano Hipólito, o atentado à sede da editora Civilização Brasileira, a tortura dentro dos órgãos de repressão. Tratou ainda da atuação do esquadrão da morte e de temas sociais, como o preconceito contra a mulher na publicidade. Tinha o jornalista Tim Lopes entre seus repórteres. Um dos principais trabalhos dele na publicação foi quando conseguiu um trabalho na construção do metrô do Rio para mostrar a rotina dos operários.

brasileiro. Apesar do apoio direto do general Figueiredo, a chapa oficial brasileira foi derrotada. Maluf venceu com estratégias de campanha agressivas, como contato direto com os delegados e envio de cartões-postais até do exterior:

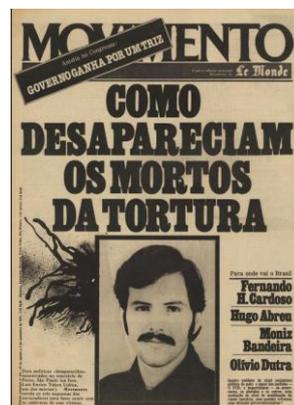
Apesar do empenho pessoal do general Figueiredo, a convenção da Arena em São Paulo derrotou a chapa articulada pelo Palácio do Planalto e indicou o dissidente Paulo Salim Maluf ao governo do Estado, a despeito de seus bens estarem bloqueados por uma comissão de investigação do Ministério da Justiça. (Jornal Movimento, p. 3, nº 154, 12 de junho de 1978).

O resultado mostrou que o governo já não controlava nem mesmo seu partido (Arena). Embora ambos os candidatos fossem aliados do regime, a escolha de Maluf desconforto no Planalto. A matéria também relembra ações polêmicas de Maluf, como o uso de dinheiro público para presentear jogadores da seleção brasileira com carros, o que lhe rendeu condenação judicial. Ainda assim, ele manteve forte ligação com os militares e defendia publicamente medidas autoritárias, como a manutenção do AI-5.

Para análise das capas de 1979, foram escolhidas a da edição de número 202, de 14/05/1979 e a edição de número 217, de 27/08/1979.



Fonte: Movimento, capa da edição 202



Fonte: Movimento, capa da edição 217

A capa 202 destaca os 20 anos da greve dos metalúrgicos de São Bernardo, na capa o destaque está no questionamento: 'De onde vem Lula'. Quarenta e cinco dias após a histórica greve de 200 mil metalúrgicos no ABC Paulista, a tensão entre trabalhadores, empresas e governo permanecia alta. Um acordo salarial foi assinado entre os presidentes dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo, Diadema, Santo André e São Caetano e os representantes dos patrões. No entanto, a proposta começou a ser rejeitada pelos trabalhadores antes mesmo de ser detalhada publicamente.

Lula, ao suspender a greve, havia prometido aos trabalhadores que os 11% conquistados anteriormente seriam mantidos, que os dias parados não seriam descontados e que a diretoria do sindicato retornaria antes do fim do prazo. Nenhuma dessas promessas se concretizou. Mesmo considerando o acordo melhor do que aquele assinado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1978, os operários se sentiram traídos e enganados.

Diante de tudo isso, o clima no ABC era de verdadeiro “fogo cruzado”. O acordo não satisfazia os operários, os patrões enfrentavam resistência nas fábricas, e o governo falhava em cumprir suas promessas. Mesmo que Lula conseguisse aprovar os termos em assembleia, a normalidade estava longe de ser restabelecida. A situação continuava marcada por desconfiança, mobilização e a possibilidade concreta de novas paralisações.

Os sindicatos eram, durante a ditadura, vigiados e controlados pelo Estado, por meio da estrutura sindical oficial atrelada ao Ministério do Trabalho. A criação de um “sindicato livre”, como o que funcionava na igreja de São Bernardo, desafiava diretamente essa lógica. O movimento liderado por Lula defendia a autonomia sindical, o que colidia com a doutrina autoritária do regime.

A cassação das diretorias sindicais eleitas (como as de Lula, Lins e Marcílio) e sua substituição por interventores nomeados pelo governo era uma clara medida autoritária. No entanto, a população, outros sindicatos e setores da sociedade civil reagiram fortemente. Houve mobilizações nacionais em solidariedade, inclusive com ameaças de greve geral. Isso mostrou que o regime estava perdendo apoio popular e tendo dificuldade em conter o descontentamento.

O governo via com grande preocupação a liderança emergente de Lula, não apenas como sindicalista, mas como figura política de projeção nacional. A repressão às greves, a vigilância sobre os movimentos e as pressões para que Lula não se envolvesse em novas paralisações demonstravam o medo do regime com o surgimento de lideranças populares que poderiam organizar oposição real. Esse movimento representou um ponto de inflexão na luta por direitos trabalhistas e democráticos, contribuindo para o enfraquecimento da ditadura e abrindo espaço para a redemocratização do Brasil na década de 1980.

Na capa da edição 217, o destaque é dado para o desaparecimento dos mortos da tortura. O texto escrito por Murilo Carvalho e Roldão Oliveira inicia destacando que a partir de 1972 os CODI/DOI criaram grupos que eram treinados para matar. Esses agentes eram instruídos para simular suicídios, acidentes ou desaparecer com os corpos das vítimas, ocultando os crimes cometidos. Como pode ser observado o texto é objetivo e a denúncia não se faz de forma velada, mas clara e taxativa:

A descoberta confirmou a teoria de alguns integrantes de comitês de anistia, para quem a polícia política esconderia os corpos onde menos se pensaria em procurá-los: nos próprios cemitérios. Eram enterrados muitas vezes como indigentes, com atestados de óbito que sequer mencionavam marcas de torturas e com nomes falsos ou incompletos. E, segundo as versões oficiais, eram quase sempre vítimas de «atropelamento», «tiroteio» ou «suicídio». (Jornal Movimento, p. 8, nº 217, 27 de agosto de 1979).

De acordo com Murilo Carvalho e Roldão Oliveira, os anos de 1972 e 1973, 87 opositores foram oficialmente considerados mortos e outros 24 passaram a integrar a lista de desaparecidos, totalizando 111 vítimas apenas nesse período. Ao todo, entre 1964 e 1975, foram registrados 176 mortos e 74 desaparecidos políticos, com a maioria dos casos ocorrendo entre 1970 e 1973, auge da repressão. Após esse período, durante o governo Geisel e sua política de “abertura lenta e gradual”, o número de mortos caiu, mas os desaparecimentos continuaram elevados, revelando uma estratégia mais discreta.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigações recentes, com a descoberta de restos mortais de desaparecidos, confirmaram que muitos corpos foram enterrados como indigentes em cemitérios públicos, com documentos falsos ou incompletos e causas de morte forjadas, como suicídios ou tiroteios. Esses achados fortaleceram a tese de que a ditadura usava a ocultação sistemática dos corpos para apagar os rastros de sua violência e manter a aparência de legalidade.

O relato de Suzana Lisboa<sup>6</sup> revela a face mais cruel e silenciosa da repressão durante a ditadura militar no Brasil: o desaparecimento forçado e o ocultamento de cadáveres de presos políticos. Em 1972, seu marido, Luiz Eurico Tejera Lisboa, militante estudantil, foi assassinado e enterrado como indigente com um nome falso — Nelson Bueno — em uma pensão na Liberdade, São Paulo.

A história oficial apontava suicídio, mas testemunhas relataram ouvir três tiros na madrugada, o que contradizia a narrativa, além do fato incomum de a própria polícia ter lavado o corpo e controlado o local por mais de um dia. Esse fato mostra como o Estado Brasileiro criou um mecanismo para esconder a violência: ao matar sob tortura e depois forjar versões de suicídio ou acidentes, enterrando os corpos sem identificação ou com nomes falsos.

A estratégia evoluiu em três fases: no início, com enterros clandestinos sem método; depois, com uso de identidades falsas; e, finalmente, com substituição de cadáveres em acidentes reais, como no caso de Alexandre Vannucchi Leme, morto sob tortura em 1973 e apresentado como vítima de atropelamento. Seu corpo foi enterrado apressadamente, sem caixão, coberto de cal, e com laudos médicos falsos que omitiram sinais de tortura. Esses métodos revelam a sofisticação e frieza do aparato repressivo da ditadura, que buscava eliminar não só os corpos, mas também as memórias e provas de seus crimes.

Analisar textos que relatam episódios de repressão durante a ditadura militar no Brasil são importantes para uma compreensão apurada desse período da história. Esses relatos revelam a violência praticada pelo Estado, mostrando que as torturas, execuções e desaparecimentos não foram excessos isolados. A existência de grupos especialmente treinados para matar, as simulações de suicídios e acidentes, bem como a ocultação de corpos, evidenciam um aparato de repressão altamente organizado, que ia muito além do que a versão oficial do regime admitia.

Esses textos também cumprem um papel fundamental ao humanizar as vítimas. Ao contar histórias como a de Luiz Eurico Tejera Lisboa, morto e enterrado sob identidade falsa, ou de Alexandre Vannucchi Leme, morto sob tortura e oficialmente declarado como vítima de atropelamento, além de vítimas conhecidas publicamente como Rubens Beyrodt Paiva, ex-deputado federal do Brasil, casado com Eunice Paiva e pai de 5 filhos, que foi assassinado pela ditadura e que teve seu assassinato confirmado após 40 anos pela Comissão Nacional da Verdade, percebemos que essas pessoas eram jovens com sonhos, famílias e ideais. Isso contribui para desfazer o

---

<sup>6</sup> O MOVIMENTO. Como desapareciam os mortos políticos. Jornal O Movimento, São Paulo, n. 217, 27 agostos de 1979. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_00/movimento.php](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/movimento.php). Acesso em: 18 maio 2025.

estigma construído contra os opositores do regime, que muitas vezes foram rotulados como subversivos ou terroristas, quando na verdade lutavam por democracia e justiça social.

Além disso, os documentos e testemunhos expostos revelam a manipulação da verdade promovida pelas autoridades. Desde a falsificação de boletins de ocorrência, a como o Estado utilizou suas instituições para esconder crimes e silenciar as famílias.

A análise desses textos também contribui diretamente para a construção da memória coletiva, essencial para a preservação da verdade histórica. Eles funcionam como registros incontestáveis contra o negacionismo que tenta minimizar ou apagar os crimes da ditadura. Preservar e divulgar essas histórias é uma forma de justiça e de resistência, garantindo que as novas gerações conheçam o passado e não permitam que ele se repita.

As marcas do autoritarismo continuam presentes, e esses textos mostram que o passado não está tão distante quanto parece. Por isso, estudá-los é também uma forma de fortalecer a democracia, a cidadania e a consciência crítica.

Estudar a ditadura militar é, portanto, um exercício de memória, de empatia e de responsabilidade social. É uma forma de dar voz às vítimas, reconhecer os erros do passado e exigir que eles não sejam repetidos. Apenas compreendendo o que foi o período militar é possível defender os valores democráticos, os direitos humanos e o Estado de Direito.

## AGRADECIMENTOS

Lembro-me da primeira vez que li as palavras de Jesus dirigidas aos judeus que haviam crido n'Ele: "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará." Desde então, nunca mais fui a mesma. Essa verdade absoluta abriu os meus olhos e preencheu os meus dias com propósito e esperança. Neste momento, ao oferecer os primeiros votos de honra, dedico ao homem que me deu a capacidade de escrever e sonhar, um nazareno que sofreu por uma dívida que nem era sua, para limpar o meu nome. Sem Ele, não haveria eu.

À minha querida orientadora, Ada Guedes, por quem desenvolvi profunda admiração e carinho ao longo da caminhada acadêmica. Lembro-me das suas aulas ainda no segundo período — suas palavras e sua maneira cativante de ensinar despertaram em mim o amor pela profissão que escolhi seguir.

À minha amada mãe, Veronica Lucena, que me ensinou que ninguém realiza nada sozinho. Se hoje concluo este curso de graduação, é por causa dela. Meu papel foi apenas o de canal, por onde fluíram os frutos de uma vida inteira de dedicação. Ela, que não teve uma trajetória fácil ou leve, garantiu que a minha fosse mais tranquila, carregando o peso para que eu pudesse caminhar com leveza. Enquanto eu estudava, ela se dedicava a me oferecer o melhor que podia — e foi tudo.

À minha amada avó Teresa de Lucena, in memoriam, que me ensinou que a educação tem o poder de transformar destinos. Foi ela quem me ensinou a amar a Universidade Estadual da Paraíba, onde dedicou mais de 20 anos de sua vida. Ela me viu formar as primeiras palavras, dar os primeiros passos — e a ela dedico todas as minhas conquistas. Sinto falta, todos os dias, do seu café, das suas histórias e, sobretudo, da sua presença.

Aos meus amigos, que sorte a minha ter sido plantada na mesma Igreja que vocês. Mesmo conhecendo minhas melhores e piores versões, vocês escolheram ficar. Obrigada! É bom demais dividir a vida com cada um de vocês. Minhas terças, sábados e domingos seriam bem mais sem graça sem as conversas, as risadas até a barriga doer e a certeza de que, mesmo se eu partir, sempre terei para onde voltar. Como diz uma canção que ouvi esses dias: "entre todos os amores e amigos, de vocês me lembro mais". Vocês me ajudaram a ser quem sou hoje, e nenhuma palavra escrita seria capaz de expressar toda a minha gratidão.

Aos meus amigos do Ministério Verbo da Vida, sem vocês meus dias seriam mais silenciosos e menos coloridos. Obrigada por tanto carinho, amizade e companheirismo. Deus, em Sua sabedoria, reuniu pessoas com qualidades tão diversas que, juntas, equilibram qualquer desafio com leveza e maestria. Ontem, hoje e amanhã; em Campina Grande ou nos confins da terra — sempre Verbo da Vida.

E a todos que, de alguma forma, direta ou indireta, contribuíram para que eu não apenas chegasse até aqui, mas que chegasse com o coração pleno e a caminhada satisfeita: meu mais profundo agradecimento.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Movimento**: resistência contra a ditadura. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_00/movimento.php](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/movimento.php). Acesso em: 25 abr. 2025.

AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento**: uma reportagem. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

BARROS, Patrícia Marcondes de. **A imprensa alternativa brasileira nos “anos de chumbo”**. Akropolis – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, 2003.

BETTENCOURT, Luiz Alberto; GOLLO, Luiz Augusto; JÚNIOR, Chico; SOLNIK, Alex; ESTRELLA, Analuce (eds.). **Repórter**, n. 6, mai. 1978. Rio de Janeiro: [s.n.], 24 p. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/documento/reporter-6/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

COELHO, Andrea. **Mídia alternativa**: Movimento. 20 abr. 2007. Disponível em: <https://midiaalternativabygc.blogspot.com/2007/04/movimento.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Partidos políticos e o regime militar**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/partidos-politicos-e-o-regime-militar/>. Acesso em: 15 maio 2025.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. **A imprensa alternativa durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1984)**: um olhar historiográfico. Contraponto – Revista Eletrônica de História, Teresina, v. 1.

O MOVIMENTO. **Os metalúrgicos têm razão**. Jornal O Movimento, São Paulo, n. 117, p. 2, 26 set. 1977. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_00/movimento.php](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/movimento.php). Acesso em: 18 maio 2025.

O MOVIMENTO. TV x crianças. **Jornal O Movimento**, São Paulo, n. 112, p. 16, 22 ago. 1977. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_00/movimento.php](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/movimento.php). Acesso em: 18 maio 2025.

O MOVIMENTO. **Por que Figueiredo?**. Jornal O Movimento, São Paulo, n. 132, 09 jan. 1978. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_00/movimento.php](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/movimento.php). Acesso em: 18 maio 2025.

O MOVIMENTO. **Sem censura**. Jornal O Movimento, São Paulo, n. 154, 12 jun. 1978. Disponível em:

[https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_00/movimento.php](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/movimento.php). Acesso em: 18 maio 2025.

O MOVIMENTO. **De onde vem Lula**. Jornal O Movimento, São Paulo, n. 202, 14 mai. 1979. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_00/movimento.php](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/movimento.php). Acesso em: 18 maio 2025.

O MOVIMENTO. **Como desapareciam os mortos políticos**. Jornal O Movimento, São Paulo, n. 217, 27 ago. 1979. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_00/movimento.php](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/movimento.php). Acesso em: 18 maio 2025.

SEVES, Natalia Cabau. **Jornal Movimento**: um espaço de rearticulação das esquerdas na transição política brasileira. Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar, Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM).

SOUSA, Inara Bezerra Ferreira. **A imprensa alternativa no Brasil**: a experiência do jornal Movimento. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH – MG, 18., 2012, Mariana. Anais [...]. Mariana: ANPUH-MG, 2012.

UNINASSAU. **Método qualitativo**: veja o que é e qual a sua importância em uma pesquisa científica! Recife, [s.d.]. Disponível em: <https://blog.uninassau.edu.br/o-que-e-metodo-qualitativo/>. Acesso em: 20 maio 2025.